INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Giselle Modé MAGALHÃES
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Márcio Magalhães da SILVA
Universidade Federal de Lavras - UFLA

Laura Maria de SOUSA
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

gisellemagalhaes@ufscar.br

Eixo 07: Educação, desenvolvimento e aprendizagem

Palavras-chave: Avaliação do Desenvolvimento. Educação Infantil. Materialismo Histórico-Dialético.

Resumo

O presente trabalho apresenta uma pesquisa teórica sobre a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições educativas formais. A partir dos fundamentos epistemológicos do materialismo histórico-dialético, objetivou-se demonstrar a importância dos instrumentos de avaliação, uma vez que eles condensam os diversos elementos constitutivos do fenômeno em questão e permitem o desvelar da aparência do fenômeno em direção a sua essência. Na busca pelas múltiplas determinações de nosso objeto de estudo, partimos do desenvolvimento infantil como unidade dialética da singularidade da criança com o meio (instituição educativa), que é fonte deste desenvolvimento, e entendemos que cabe ao processo avaliativo compreender que no desenvolvimento infantil se expressam as oportunidades de aprendizagem oferecidas pelas escolas e pelas professoras às crianças, assim como, por sua vez, essas oportunidades de aprendizagem refletem as condições de trabalho das educadoras e a incorporação das políticas neoliberais no cotidiano das escolas. Conclui-se que os instrumentos de avaliação do desenvolvimento carregam: i) os critérios, valores e a qualidade do desenvolvimento que desejamos avaliar; ii) a intencionalidade da avaliação; iii) as determinações da sociabilidade que reproduzimos ou que almejamos. São eles, portanto, a unidade de análise do nosso objeto de estudo.

Palavras-chave: Avaliação do Desenvolvimento. Educação Infantil. Materialismo Histórico-Dialético.

1. Introdução

A avaliação do desenvolvimento na Educação Infantil é um campo de estudos amplo e diverso, que precisa ser desvelado em suas múltiplas determinações se intencionamos nos aproximar de uma análise concreta do fenômeno. Inicialmente é preciso reconhecer que há uma demanda social por compreendermos o desenvolvimento infantil para, então, planejarmos ações pedagógicas. Esta demanda se materializa nas legislações nacionais, que afirmam que a avaliação na primeira infância deve ocorrer por meio do acompanhamento contínuo e do registro dos processos de desenvolvimento, sem finalidade de promoção ou retenção. (DCNEI, 2009; BNCC, 2018).

No entanto, sabemos que são muitos os caminhos apresentados, nacional e internacionalmente, para avaliar as crianças na educação infantil. O que avaliar? Como avaliar? Por que avaliar? São perguntas que norteiam as práticas de avaliação e que nos ajudam a compreender a complexidade deste fenômeno. Mas o fato é que, ao investigar o fenômeno da avaliação do desenvolvimento dentro das escolas de educação infantil, descortina-se o campo epistemológico que sustenta as práticas avaliativas. Concordamos com Sousa (2014) quando afirma que por trás de qualquer avaliação há valores e juízos, ou seja, há objetivações humanas histórica e politicamente situadas.

Sob o pressuposto histórico-cultural, amparamos nossas pesquisas no materialismo histórico-dialético e nas produções vigotskianas, motivo pelo qual afirmamos que é a aprendizagem que promove desenvolvimento humano. Desenvolver-se, nessa perspectiva, significa constituir uma nova configuração da consciência, o que amplia e transforma as formas de atuação no mundo (Vigotski, 2018). Nessa direção, Magalhães e Martins (2019) afirmam que o desenvolvimento humano não pode ser dissociado dos processos de ensino e aprendizagem, pois estes o integram de maneira constitutiva. Assim, a avaliação do desenvolvimento infantil deve ocorrer de forma articulada com a avaliação da aprendizagem e do ensino, considerando esses três elementos como unidade indissociável.

Buscando contribuir com este campo do conhecimento, trazemos neste trabalho uma reflexão sobre a avaliação do desenvolvimento dentro de instituições educativas formais e objetivamos demonstrar a importância dos instrumentos de avaliação, uma vez que eles condensam os diversos elementos constitutivos do fenômeno em questão e permitem o desvelar da aparência do fenômeno em direção a sua essência.

2. Referencial teórico

A partir do materialismo histórico-dialético, gostaríamos, aqui, de apresentar um contraponto aos conceitos disseminados por Vital Didonet sobre avaliação na educação infantil. O autor tem discutido a temática a partir de uma cisão entre avaliação *da* e *na* educação infantil, a qual nos posiciona quanto ao objeto e contexto da avaliação. A avaliação do desenvolvimento *na* educação infantil significa, conforme Didonet (2014), tomar como objeto de estudo o desenvolvimento das crianças, trata-se da avaliação feita dentro das instituições educativas formais, cujo contexto estabelecido são os processos educativos internos, o microambiente, o acontecer pedagógico. Já a avaliação *da* educação infantil toma como objeto de estudo um enfoque sociocultural e do contexto econômico e político, que sustenta a educação infantil em determinado momento histórico. Trata-se, segundo o mesmo autor, da avaliação da educação nos primeiros anos de vida organizada em estabelecimentos próprios: “com intencionalidade educacional, formalizada num projeto político-pedagógico ou numa proposta pedagógica, visando responder se e quanto ele atende à sua finalidade, a seus objetivos e às diretrizes que definem a sua identidade”. (Didonet, 2014, p. 340)

No entanto, compreendemos esses dois processos como constituintes de uma unidade indivisível. Ou seja, a avaliação *na* educação infantil é polo indissociável da avaliação *da* educação infantil e vice-versa, uma vez que não há desenvolvimento humano que não esteja sendo produzido sob condicionantes sociais, e, se analisado dentro das escolas, sob condicionamento das políticas educacionais e projetos pedagógicos adotados concretamente, assim como a sistematização dos projetos pedagógicos ou políticas educacionais são, via de regra, pautados pelos processos de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças em cada momento de seu desenvolvimento. Assim, se estamos olhando para o desenvolvimento infantil que acontece dentro das instituições de ensino formais no Brasil, é preciso compreendê-lo como unidade de uma singularidade humana com os demais condicionantes históricos e sociais particularizados em cada escola.

Desta forma, ao tratar da temática da avaliação na Educação Infantil, perseguimos a totalidade concreta, como proposta por Karl Marx. Trata-se de um movimento do pensamento que parte de abstrações, mas realiza-se na reconstrução do fenômeno estudado em sua concretude pela síntese de suas múltiplas determinações (MARX, 1982). Bulhões e Silva (2020, p. 347) trazem o conceito de unidade mínima de análise como elemento central do método marxiano, uma vez que neste conceito “está sintetizado o movimento dialético de ascensão do abstrato ao concreto multideterminado”. Conforme os autores, é este concreto multideterminado que permite

o desvelamento da essência do fenômeno analisado, pois “realiza a construção da arquitetônica categorial em seu mais alto nível de abstração e direciona o processo investigativo ao concreto como síntese multideterminada”. (Bulhões; Silva, 2020, p. 352)

Trazemos de Marx o método para compreender o fenômeno da avaliação do desenvolvimento infantil dentro das escolas, buscando, como afirmam Martins e Lavoura (2018), olhar para este fenômeno em sua processualidade histórica e dinâmica. Ao buscar as múltiplas determinações que sintetizam o fenômeno em investigação, cabe à análise por unidades (Vigotski, 2018) encontrar as propriedades indispensáveis à composição da totalidade, ou seja, as partes vivas e indecomponíveis do fenômeno em questão. Com este embasamento, perguntamo-nos: quais são as determinações que compõem a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições educativas formais? É o que buscaremos responder abaixo ao demonstrar o percurso investigativo da pesquisa que resulta na compreensão dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento como unidade de análise dentro deste campo de estudo.

3. Desenvolvimento

Para realizar este trabalho, empreendemos esforços teórico-conceituais para buscar os diversos elementos que constituem o campo da avaliação do desenvolvimento dentro das escolas de educação infantil. Em Magalhães, Silva e Magiolino (2024) encontramos alguns pressupostos histórico-culturais, quais sejam:

> “1. não é possível avaliar o desenvolvimento humano sem compreender sua natureza social, pois não se trata do desenvolvimento por si, mas do desenvolvimento em determinado contexto particular que é fonte desse desenvolvimento e precisa ser igualmente avaliado; 2. o contexto e suas particularidades se localizam dentro da estrutura social que implica, necessariamente, disputa de valores e intencionalidade pedagógica nas atividades educativas que visem a transformação dessa estrutura social; 3. a defesa, aqui reiterada, da importância de atividades educativas que disponibilizem valores coletivos e solidários na formação das crianças. Afinal, o Brasil está submetido a relações sociais neoliberais que expressam o capitalismo dependente, marcado por violentas exclusões sociais que atravessam os processos avaliativos. (Magalhães; Silva; Magiolino, 2024, p. 13)

Com estes pressupostos, entendemos que, ao avaliar o desenvolvimento humano dentro das escolas de educação infantil, estamos avaliando os processos de ensino e as condições de aprendizagem das crianças, uma vez que no desenvolvimento humano estão contidos processos de ensino e aprendizagem. Por sua vez, nas propostas pedagógicas disponibilizadas pelo/a professor/a de educação infantil estão contidas a história de vida e de formação do/a profissional, assim como

as condições objetivas de trabalho oferecidas pela escola, que são, em última instância, determinadas por políticas educacionais. Ou seja, a avaliação do desenvolvimento infantil dentro das escolas é um fenômeno multideterminado e elencamos, neste trabalho, algumas determinações que nos aproximam deste fenômeno em sua concretude.

O início da investigação deu-se pelas determinações mais gerais da avaliação do desenvolvimento e por buscas bibliográficas sobre como este fenômeno vem sendo compreendido na literatura e nas práticas pedagógicas efetivamente. Assim, buscamos as legislações nacionais que orientam a avaliação nas instituições de educação infantil e nos deparamos com a LDB (1996), as DCNEI (2009), o documento do MEC "Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação" (2012) e a BNCC (2018). Tratam-se de legislações e normatizações amplas, que afirmam a necessidade da avaliação na educação infantil sem que esta tenha um caráter de aprovação ou reprovação. Não há direcionamento teórico, nem uma definição do que seja o desenvolvimento humano. Este aprofundamento é uma tarefa a ser construída no cotidiano das escolas.

Seguimos nossa investigação buscando compreender a influência das políticas neoliberais na avaliação do desenvolvimento dentro de escolas de educação infantil, pois sabemos do interesse de instituições privadas na gestão da educação pública. Referimo-nos aos processos gerenciais de controle dos resultados da educação, que trazem a lógica empresarial privada para as instituições públicas (Freitas, 2018). No bojo das políticas neoliberais, inclusive, temos visto crescer os instrumentos de avaliação em larga escala dentro das escolas de educação infantil, como por exemplo o *International early learning and child well-being study* (IELS), que está sendo validado e implementado no Brasil através da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e parceiros (Magalhães; Galbiatti, 2025).

O universo das políticas neoliberais dentro da educação infantil tem sido denunciado por diversos autores (Correa, 2020; Moss, 2016; Moss e Urban, 2020; Pence, 2016), que nos mostram a influência sobre os conteúdos de ensino, com atividades que despertam o empreendedorismo desde a educação infantil e avaliações com foco em alfabetização, matemática, inglês e habilidades socioemocionais, as quais, como afirma Silva (2022), nada mais são do que a cooptação da subjetividade da classe trabalhadora desde o princípio.

Ainda dentro da lógica neoliberal e reconhecendo o papel central do/a professor/a no desenvolvimento integral das crianças, Neves (2026) nos mostra como, historicamente, enfrentamos uma intensa desvalorização do/a profissional da educação infantil, que se associa à fragilidade da formação docente, à ampliação das

atribuições profissionais sem a correspondente valorização material e simbólica, à precarização das condições de trabalho e à insuficiência das políticas públicas de valorização. A autora afirma, ainda, que “embora existam avanços legais e normativos, estes não se concretizam plenamente no cotidiano escolar” (Neves, 2026, p. 1), demonstrando a urgência da luta por políticas públicas efetivas que assegurem formação de qualidade, salários dignos, planos de carreira estruturados e condições adequadas de trabalho para o/a professor/a de educação infantil.

Diante deste contexto, faz-se relevante destacar a pesquisa de Ribeiro (2018) que, com a preocupação de compreender como os municípios estão efetivando as orientações sobre avaliação das crianças dentro das escolas, conseguiu dados de 125 municípios brasileiros através de um questionário enviado para conselheiros(as) municipais e dirigentes da educação. Segundo a pesquisa da autora, 68% destes municípios relataram que havia orientação sobre a avaliação das crianças no Plano Municipal de Educação, enquanto 18% disseram que não havia nenhuma orientação no Plano e os demais não responderam. Mesmo sem conhecer a qualidade da orientação nos Planos Municipais de Educação, trata-se de um dado que nos deixa em alerta, pois 32% dos municípios pesquisados não tem orientação ou nem sabem responder sobre a questão. Porém, o desconhecimento sobre a temática nos assusta mais ainda. Ribeiro (2018) aponta que a maioria dos gestores que responderam ao questionário descreveram possuir pouco ou nenhum conhecimento sobre avaliação em educação infantil, e solicitaram auxílio do governo federal para cumprir esta demanda.

Ainda que publicada há oito anos, a pesquisa de Ribeiro (2018) nos posiciona quanto à desinformação das redes sobre as práticas avaliativas, o que permite que as políticas neoliberais encontrem espaço para serem disseminadas e que as propostas de avaliações em larga escala para a educação infantil cheguem como uma opção “salvacionista” para a gestão.

Por fim, ao aprofundar o olhar sobre o desenvolvimento infantil por meio dos estudos pedológicos de Vigotski, destacamos de Magalhães, Silva e Magiolino (2024) um mapa conceitual analítico que pode auxiliar o/a professor/a nesta tarefa. Os conceitos centrais apontados pelas autoras são: a) situação social de desenvolvimento; b) vivência (*perejivanie*); c) neoformações; e d) as características do sistema funcional complexo em cada etapa da educação infantil. Não cabe aos objetivos deste trabalho o aprofundamento teórico nos referidos conceitos, mas temos acordo com as autoras sobre estes serem conceitos centrais para uma avaliação histórico-cultural do processo de desenvolvimento infantil.

Feitas estas considerações, ao olhar para a avaliação do desenvolvimento

infantil dentro das escolas, e buscando aproximações com a totalidade deste fenômeno, encontramos como elementos constitutivos: o desenvolvimento da criança em unidade dialética com o meio em que ela está inserida; as condições de aprendizagem oferecidas na organização das atividades pedagógicas pela professora, que por sua vez, são expressões das condições de trabalho e formação desta profissional; a concepção de avaliação da professora e da instituição educativa; e a forma como a escola absorve as políticas neoliberais de avaliação da educação, cada vez mais presentes nas instituições de educação infantil.

Ao analisar estas determinações do fenômeno, encontramos nos instrumentos utilizados para avaliar o desenvolvimento das crianças a unidade que os condensa. Em outras palavras, os elementos destacados acima estão contidos nos instrumentos de avaliação do desenvolvimento utilizados nas escolas de educação infantil. E, ao analisá-los, conseguimos desvelar o campo epistemológico que está em sua essência, e não se explicita numa análise aparente do fenômeno. Por exemplo, os instrumentos padronizados de avaliação em larga escala carregam uma concepção de desenvolvimento humano, de educação, de políticas de formação, e, ao adotá-los como prática pedagógica, as escolas assumem este campo epistemológico que subjaz o instrumento.

Desta forma, defendemos que os instrumentos de avaliação do desenvolvimento carregam: i) os critérios, valores e a qualidade do desenvolvimento que desejamos avaliar; ii) a intencionalidade da avaliação; iii) as determinações da sociabilidade que reproduzimos ou que almejamos. São eles a unidade de análise do nosso objeto de estudo.

4. Conclusões

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições educativas formais, e buscou demonstrar a importância dos instrumentos de avaliação utilizados pelas referidas instituições como elemento fundamental nas análises deste fenômeno.

Após um esforço teórico conceitual sobre a temática, entendemos que para avaliar o desenvolvimento infantil dentro das instituições educativas formais é preciso compreender que o desenvolvimento infantil acontece em unidade dialética com o meio, no qual estão contidas as condições de aprendizagem oferecidas para as crianças, a organização das atividades pedagógicas, a formação e a concepção de avaliação da professora, a concepção de avaliação da instituição, as condições de trabalho e formação dos profissionais, além da forma como a escola absorve as políticas

neoliberais de avaliação da educação, cada vez mais presentes no cotidiano das instituições de educação infantil.

Chegamos, assim, aos instrumentos utilizados para avaliar o desenvolvimento como unidade de análise deste objeto de estudo, uma vez que eles condensam os diversos elementos constitutivos do fenômeno em questão e permitem o desvelar da aparência do fenômeno em direção a sua essência.

5. Referências bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil**: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Grupo de Trabalho instituído pela portaria nº 1147/2011. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BULHÕES, L. F. S. S.; SILVA, M. M. da. O conceito de unidade mínima de análise como eixo articulador do método marxiano e da psicologia concreta. **Interação em Psicologia**, v. 24, n. 3, 2020. DOI: https://doi.org/10.5380/riep.v24i3.72788.

CORREA, Bianca. A Educação Infantil sob a Lógica do Empreendedorismo e dos "Negócios de Impacto Social". **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e231100, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698231100. Acesso em: 10 jan. 2025.

DIDONET, V. Avaliação da e na Educação Infantil. *In*: GUIMARÃES, C. M.; CARDONA, M. J.; OLIVEIRA, D. R. **Fundamentos e práticas da avaliação na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAGALHÃES, G. M.; GALBIATTI, L. F. International Early Learning and Child Well-being Study: Uma análise crítica sobre avaliações em larga escala para a Educação Infantil. **Formação em Movimento**, v. 7, n. 25, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufrrj.br/index.php/formov/article/view/1261. Acesso em: 10 jul. 2026.

MAGALHÃES, G. M.; MARTINS, L. M. Apontamentos acerca da avaliação do desenvolvimento psíquico de crianças na primeira infância. *In*: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SOUZA, Marilene Proença Rebello (org.). **Avaliação psicológica e escolarização**: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Teresina: EDUFPI, 2019.

MAGALHÃES, G. M.; SILVA, D. N. H.; MAGIOLINO, L. S. Contribuições dos estudos pedológicos de Vigotski para avaliação do desenvolvimento infantil. **Psicologia em Estudo**, v. 29, e56739, 2024. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v29i0.56739.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MOSS, Peter; URBAN, Mathias. The Organisation for Economic Co-operation and Development's International Early Learning and Child Well-being Study: the scores are in!. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 21, n. 2, p. 165-171, 2020. DOI: https://doi.org/10.1177/1463949120929466.

MOSS, Peter *et al*. The Organization for Economic Co-operation and Development's International Early Learning Study: opening for debate and contestation. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 17, n. 3, p. 343-351, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177/1463949116661126.

NEVES, O. da S. F. A desvalorização do pedagogo na educação infantil: impactos das políticas públicas e das condições de trabalho. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 2, p. 1–12, 2026. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v12i2.24196.

PENCE, Alan. Baby PISA: Dangers that can Arise when Foundations Shift. **Journal of Childhood Studies**, v. 41, n. 3, p. 54-58, 2016. DOI: https://doi.org/10.18357/jcs.v41i3.16549.

SILVA, Márcio Magalhães da. Crítica à formação de competências socioemocionais na escola. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. e022013, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659871.

SOUSA, S. Z. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, 2014.

VIGOTSKI, L. S. **7 aulas de L.S. Vigotski**: sobre os fundamentos da pedologia. Tradução de Zoia Prestes e Elisabeth Tunes. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.